



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

**Interpeleção Escrita**

No dia 17 de Junho do corrente ano, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas revelou, repentinamente, que o Governo da RAEM tinha decidido “deixar em paz” 16 terrenos cujo desaproveitamento era imputável aos promotores, o que suscitou dúvidas entre a população. Entretanto, o Secretário acrescentou que ia divulgar dados sobre os referidos 16 terrenos e que existiam fortes fundamentos para a não recuperação dos mesmos. Nos últimos dias, muitos residentes apresentaram as suas opiniões e várias dúvidas, razoáveis, junto de deputados.

No meu entender, ao longo do processo de recuperação dos terrenos, o Governo não divulgou, de forma plena, justa e pública, todas as informações. Em 2009, afirmou que 113 terrenos não tinham sido aproveitados nos termos do contrato, em 2011, afirmou que em relação a 48 deles, as responsabilidades eram imputáveis aos promotores, e agora, em Junho, veio repentinamente revelar que ia “deixar em paz” 16 desses terrenos. Isto viola, gravemente, o princípio da informação ao público, previsto no artigo 2.º da vigente Lei de Terras: “elevando a transparência dos trabalhos administrativos através de formas adequadas que facilitem o acesso do público à informação nos processos de concessão e ocupação de terrenos”.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. No passado, exigi, repetidamente, ao Governo, a divulgação plena e pública das informações em causa, a fim de evitar a troca de interesses “à porta fechada”. Os terrenos desaproveitados que o Governo vai “deixar em paz” envolvem o interesse público em dezenas de milhares de milhões de patacas. Por isso, se houver lugar a tratamento diferenciado devido a relações de proximidade, ou seja, se, intencionalmente, se “deixar em paz” os terrenos desaproveitados e ocupados por poderosos, ficaremos perante uma situação que só vai afectar, substancialmente, o reconhecimento político do Governo. Este deve tomar medidas concretas para corrigir a sua posição quanto à suspeita violação do princípio da informação ao público previsto na Lei de Terras, deve divulgar, de forma imediata, plena e justa, os dados sobre os 113 terrenos desaproveitados que foram classificados como terrenos não desenvolvidos dentro do prazo, e deve ainda divulgar os processos de apreciação para efeitos de comparação, e esclarecer os critérios de decisão, com vista à repressão de quaisquer deficiências que tenham a ver com troca de interesses “à porta fechada”. O Governo vai fazer tudo isto? Caso os critérios de decisão não sejam claros, não deverá proceder-se, atempadamente, à sua melhoria, através do respectivo regime jurídico?
2. O Chefe do Executivo afirmou, publicamente, que tinha encarregado, através de despacho, o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

investigar o caso daqueles 16 terrenos, mas as dúvidas do público, decorrentes do “deixar em paz” terrenos desaproveitados, são muito mais complicadas do que isso. O referido despacho do Chefe do Executivo não deve limitar o foco da investigação do CCAC aos 16 terrenos em causa, cujas informações já foram dadas a conhecer ao público, deve também incluir a investigação da parte do processo a que o público não teve acesso durante todo o desenvolvimento deste assunto, ou seja, a partir do momento em que os 113 terrenos foram confirmados, publicamente, como não aproveitados dentro do prazo devido, há que averiguar se não houve efectivação de responsabilidades por troca de interesses, injustiças e graves irregularidades administrativas dos respectivos processos. Isto vai ser feito?

3. Já aponte que, nos dados e respostas fornecidos aos deputados pelo Governo, antes da mudança de mandato e durante algum tempo depois da mesma, se salientava que a questão dos terrenos desaproveitados se encontrava em fase de estudo e que não havia lugar a qualquer situação de “deixar em paz”. Entretanto, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas veio repentinamente declarar que tinha sido tomada pelo governo anterior a decisão de “deixar em paz” os 16 terrenos, cujo estado de não aproveitamento era imputável aos promotores. Ora, ou o Secretário está a esquivar-se às responsabilidades ou então trata-se de uma ocultação intencional. Cheguei a propor que se convidasse o ex-Secretário para os



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io, e o então Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), Jaime Roberto Carion, para, em conjunto com o actual Secretário, Raimundo Arrais do Rosário, e com o actual Director da DSSOPT, Li Canfeng, esclarecerem o público sobre a decisão de “deixar em paz” os referidos 16 terrenos. No entanto, nada se viu avançar nesse sentido, e resta-nos este enigma sem solução. O Governo vai esclarecer quando e por quem é que foi tomada a decisão de “deixar em paz” os 16 terrenos desaproveitados por responsabilidades imputáveis aos promotores?

---

29 de Junho de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Ng Kuok Cheong**